



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO

1. OBJETIVO

1.1 Trata-se de Estudo Técnico Preliminar, elaborado em conformidade com o disposto no art. 18, inc. I c/c § 1º da Lei nº 14.133/2021, que tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda descrita abaixo, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica para futura contratação de empresas fornecedoras de materiais de construção para reformas e manutenções visando o atendimento de necessidades da Câmara Municipal de Francisco Beltrão – PR.

1.2 Neste sentido, o presente documento expõe resultados dos estudos realizados e busca descrever a solução que atenderá à necessidade especificada, caracterizando a primeira etapa da fase de planejamento de eventual contratação que venha a se mostrar adequada e necessária, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública, fornecendo as informações necessárias para subsidiar e embasar eventual Termo de Referência.

1.3 O objeto a ser analisado neste Estudo Técnico Preliminar, visa fundamentar e dar subsídio técnico e referencial teórica a Câmara Municipal de Francisco Beltrão - PR na seleção de empresas do ramo de fornecimento de materiais e insumos da construção civil e correlatos, a fim de firmar REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição, conforme condições, quantidades exigências estabelecidas neste instrumento, objetivando a contratação de empresa especializada nos diversos segmentos, a fim de fornecer subsídio para as aquisições, visando o atendimento de necessidades da Câmara Municipal de Francisco Beltrão – PR.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 Salienta-se que o presente estudo de viabilidade se baseia na frequente necessidade da Câmara Municipal em adquirir insumos e os mais diversos materiais de construção como: materiais hidráulicos, elétricos, pintura, materiais estruturais, artefatos de cimento, acabamento interno e externo, ferragem, ferramentas, materiais de cobertura, areia, pedra, madeira e tijolos, os quais são utilizados nos serviços de manutenção, reparos, conservação, reforma e recuperação de instalações do prédio da Câmara.

2.2 A futura licitação tem por objetivo atender, de forma ampla, às demandas da Câmara Municipal, havendo, portanto, a necessidade de aquisição de diversos materiais e insumos de construção civil, indispensáveis à execução dos serviços de manutenção, reforma e conservação predial do Poder Legislativo.

2.3 A manutenção predial é essencial para a conservação do patrimônio das instalações da Câmara Municipal, garantindo condições adequadas e indispensáveis para a realização das atividades legislativas e administrativas que compõem a missão institucional do Poder Legislativo.

2.4 A manutenção predial tem como finalidade renovar, conservar, preservar, prevenir e corrigir as estruturas físicas da Câmara Municipal, assegurando aos servidores, vereadores e à população que utiliza suas dependências condições adequadas de segurança, saúde e bem-estar. Essas ações visam garantir o pleno funcionamento das instalações, protegendo a integridade física dos usuários, permitindo a prestação dos serviços legislativos de forma segura, além de preservar o patrimônio público e otimizar a aplicação dos recursos financeiros do Erário.





2.5 Ressalta-se, que a falta de manutenção das instalações poderá acarretar no agravamento da situação das edificações afetadas, podendo chegar a um nível em que as avarias tornar-se-ão irreparáveis. Além disso, o estado precário das construções pode ocasionar acidentes, colocando a vida humana em risco.

2.6 Em situações imprevisíveis, como o rompimento de cabos de energia elétrica ou de tubulações hidráulicas, torna-se necessária a aquisição emergencial de diversos materiais para a realização dos devidos reparos, a fim de não comprometer o funcionamento das atividades da Câmara Municipal. O fornecimento contínuo de energia elétrica e água é essencial para o pleno desempenho das funções legislativas, sendo, portanto, imprescindível garantir, em determinados casos, a entrega imediata dos insumos necessários para a pronta resposta às demandas emergenciais, conforme especificado no item 4.1.4 deste Estudo Técnico Preliminar.

3. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

3.1 O Plano de Contratação Anual da Câmara Municipal de Francisco Beltrão para o ano de 2026 ainda está sendo elaborado.

4. REQUISITOS DA CONTRATADAÇÃO

4.1 DA ENTREGA

4.1.1 Os materiais deverão ser entregues na Câmara Municipal de Francisco Beltrão – PR, localizada na Rua R. Ten. Camargo, 2173 - Centro, Francisco Beltrão - PR, 85601-610, o qual será indicado na solicitação, conforme nota de empenho, seguindo rigorosamente as quantidades solicitadas, parceladamente, durante o período de 12 (doze) meses, sendo esta a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.1.2 Para empresas localizadas no perímetro urbano de Francisco Beltrão, os materiais, a critério da administração, poderão ser retirados no balcão da empresa.

4.1.3 Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota de empenho pela empresa contratada. A nota de empenho poderá ser enviada por e-mail institucional e/ou entregue pessoalmente, sendo o prazo contabilizado a partir da data de confirmação de recebimento por qualquer um dos meios.

4.1.4 Em casos de necessidade da aquisição de insumos de forma emergencial, devidamente justificada pelo CONTRATANTE, a entrega deverá ser realizada imediatamente, no prazo máximo de **24 horas** após o recebimento da nota de empenho e o prazo contará a partir da notificação/validação do recebimento do e-mail.

4.1.5 No momento da entrega do material a CONTRATADA deverá fazer constar no romaneio as seguintes informações: endereço de entrega, nome legível e assinatura do responsável pelo recebimento, bem como a data e horário que o produto foi entregue.

4.1.6 Caso os produtos não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o fiscal da Ata de Registro de Preços designado iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, exceto quando os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo CONTRATANTE.





4.1.7 Todas as despesas relacionadas às entregas realizadas pela empresa CONTRATADA correrão por sua conta. São de inteira responsabilidade (civil e penal) da CONTRATADA os danos ou quaisquer prejuízos causados à Câmara Municipal ou a terceiros.

4.1.8 Havendo a recusa na entrega de qualquer item pela CONTRATADA, esta será penalizada nos termos da lei rescindindo-se o contrato e a Câmara Municipal poderá convocar as demais licitantes, com observação à ordem de classificação, e demais penalidades cabíveis.

4.1.9 Todos os produtos recusados deverão ser substituídos em prazo máximo de até 01 (um) dia útil, contados a partir do ato de entrega. Esses quais deverão ser entregues no local indicado na nota de empenho, sem custos a nenhum contratante.

4.1.10 Os produtos deverão ser entregues conforme a(s) marca(s) e especificação(ões) discriminadas na nota de empenho, acompanhados de nota fiscal contendo os nomes, marcas e quantitativos.

4.1.11 Por motivo de força maior e desde que seja de interesse da Câmara Municipal, o fornecedor poderá entregar um item cuja marca seja diferente daquela especificada na proposta somente após análise técnica e autorização formal da Câmara Municipal mediante processo específico.

4.1.12 A Câmara Municipal se reserva ao direito de não aceitar os produtos em desacordo com as especificações descritas na nota de empenho, normas técnicas ou outros, podendo rescindir o contrato e aplicar as penalidades dispostas na Lei Federal nº 14.133/2021

4.2.13 O fornecimento dos bens se dará por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento e no futuro termo de referência.

4.2.14 Não poderá a CONTRATADA recusar-se a fornecer e entregar materiais solicitados na nota de empenho, mesmo que em pequena quantidade.

4.2.15 O(s) produto(s) deverá(ão) ser fornecido(s), sempre que aplicável, em embalagens lacradas, sem sinais de violação, contendo, quando pertinente, a devida identificação, número de lote, prazo de validade, nome do fabricante, endereço e registro no órgão competente, conforme as características específicas de cada item utilizado na construção civil.

4.2.16 O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios sanitários e de segurança de modo a não afetar a sua identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, a sua esterilidade.

4.2.17 Consoante ao exposto, esclarece-se que, em nenhum momento, a Câmara Municipal teve a intenção de restringir a participação ou a competitividade no futuro certame, mas sim de adotar critérios que assegurem o melhor custo-benefício na aquisição dos materiais. Busca-se, assim, fornecedores que, além de atenderem às especificações dos produtos demandados, assegurem a qualidade dos itens fornecidos, cumpram os prazos estabelecidos e executem seus serviços de forma eficiente, em consonância com os princípios que norteiam a atuação da Câmara de Vereadores.

4.2.18 Devido às características do objeto, não será permitido a subcontratação.

4.2.19 Não há necessidade de amostra.



5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.10 valor estimado para o grupo de itens será destinado à utilização no período de até 12 (doze) meses, tendo como base não apenas a previsão de demanda atual, mas também a necessidade de suprir a ausência de licitações específicas para esses materiais em anos anteriores no âmbito da Câmara Municipal. Considera-se ainda a intenção de realizar reforma no prédio da Câmara, o que justifica a formalização de contrato com vigência de até 12 meses, de forma a garantir o fornecimento contínuo e adequado dos insumos necessários à manutenção e melhoria da estrutura física do Poder Legislativo.

5.2 Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada, cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

5.3 Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Câmara Municipal. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa.

5.4 Logo, a aquisição de materiais de construção objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas.

5.5 A aquisição desses itens deve ser feita com base em uma análise cuidadosa das necessidades da Câmara Municipal, levando em consideração fatores como custo, segurança, eficiência e confiabilidade do prestador/fornecedor.

5.6 Da participação de ME e EPP

5.6.1 É certo que a exclusividade às micro e pequenas empresas é a regra nos casos de licitações com valor estimado de até R\$ 80.000,00, assim como deve ser realizada a divisão em cotas de até 25% do objeto para a contratação de ME ou EPP nos itens de natureza divisível, conforme determina o art. 48, inc. I e II, da Lei Complementar 123/2006.

5.6.2 Contudo, existem exceções que podem ser avocadas pela contratante, desde que apresente as devidas justificativas, pois o tratamento diferenciado resulta de expressa disposição constitucional (CR/88, art. 170, IX), sendo seu dever esclarecer os motivos pelos quais decidiu que determinada licitação não será exclusiva.

5.6.3 Nesse sentido, o art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (artigo 49, III, da LC 123/2006).

5.6.4 Interpretando-se esses dispositivos, é possível chegar à conclusão de que caso seja verificado não ser vantajoso o benefício, a Administração poderá aplicar as regras excludentes do art. 49, II e III da LC nº 123/2006, permitindo a participação dos demais fornecedores interessados.

5.6.5 Deste modo, é temerária a tomada de decisão em favor da exclusividade, sendo prudente não restringir a competição. Caso conceda a exclusividade, sem os parâmetros adequados que garantam a existência de



fornecedores capazes de atender a demanda, a Câmara poderá conduzir uma licitação ineficaz, com elevado número de itens desertos e fracassados, em virtude da ausência de fornecedores.

5.6.6 O que se observa é que a Lei Complementar nº 123/2006 visa ampliar a participação das ME/EPP nas licitações, mas não elevar a hipossuficiência econômica das mesmas acima do interesse público.

Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a “proposta mais vantajosa para a administração pública” conforme é vislumbrado na Lei n. 14.133/2021.

5.6.7 Diante disso, considerando o risco presente na concessão da exclusividade e ausência de parâmetros que afastem esses riscos, considerando ainda que tal decisão preserva a competitividade do certame, garante a isonomia e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e que as ME e EPP terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123, de 2006, mostra-se adequado **QUE ESTA LICITAÇÃO NÃO SEJA EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, por não ser vantajoso para Administração.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO – OBJETO

6.1 Contratação de empresa fornecimento de materiais e insumos da construção civil e correlatos, para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Francisco Beltrão - PR, durante o período de 12 (doze) meses.

6.2 Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Câmara Municipal estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

6.3 A contratação destina-se a aquisição de bens, insumos, materiais diversos e ferramentas, relacionados à manutenção de bens móveis e imóveis pertencentes a Câmara Municipal.

6.4 Dos principais critérios:

6.4.1 Julgamento: O critério de julgamento será o de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR GRUPO DE ITENS** sobre a tabela de preços unitários do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, consultas no NOTA PARANÁ – MENOR PREÇO ou pesquisa no próprio aplicativo, ou através de orçamentação de preços praticados por outros estabelecimentos e/ou orçamentos no comércio local.

6.4.2 Da escolha do referencial do valor dos produtos: A escolha do referencial do valor do produto poderá ser realizada a critério da Administração no ato da compra.

6.4.3 **Através da Tabela SINAPI:** Por ocasião da escolha da referência do valor do produto, poderá ser utilizado o relatório de insumos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI, localizada no sítio abaixo

<https://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx>.

6.4.4 Para fins de emissão das notas de empenho dos materiais adquiridos através da SINAPI, deverá ser aplicado o percentual de desconto firmado através da(s) ata(s) de registro de preços sobre o custo atualizado MENSALMENTE para o Estado do Paraná dos materiais relacionados na tabela SINAPI.



6.4.5 Através do Aplicativo Nota Paraná – MENOR PREÇO: Por ocasião da escolha da referência do valor do produto, poderá ser realizada pesquisa no aplicativo Nota Paraná – MENOR PREÇO, sendo que o valor praticado pela contratada será tomado como base para aplicação do desconto proposto e seguida aquisição do(s) item(ns).

6.4.6 Na ausência de registro de preço praticado pela contratada do Aplicativo Nota Paraná – MENOR PREÇO, será realizada pesquisa no próprio aplicativo de preços praticados por outros estabelecimentos e/ou orçamentos no comércio local, indicando a média de preços obtidos, valor este que será a base para a aplicação do desconto proposto em cada GRUPO (Nota Paraná – MENOR PREÇO).

6.4.7 No caso de a contratada apresentar o menor valor entre as demais cotações realizadas, levando em consideração a similaridade, qualidade dos itens cotados, será aplicado diretamente o desconto referenciado no item Nota Paraná – MENOR PREÇO, relacionado ao respectivo grupo.

6.4.8 Após definida e realizada a pesquisa de preços, a Câmara Municipal indicará, na ordem de fornecimento, a MARCA pesquisada, a qual deverá obrigatoriamente ser fornecida pela CONTRATADA, levando em consideração a similaridade, qualidade dos itens cotados.

6.4.9 Fica a critério da Câmara Municipal desconsiderar os preços julgados elevados, a fim de não comprometer a média final, incluindo o orçamento apresentado pela CONTRATADA.

7. JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DAS QUANTIDADES

7.1 Neste Termo de Referência, optou-se por não apresentar um orçamento estimado em valores absolutos, tendo em vista que o critério de julgamento da proposta será o **maior percentual de desconto** a ser aplicado sobre valores de referência previamente definidos, para o período de atendimento de 12 meses.

7.2 Com fundamento nos princípios da **economicidade** e da **eficiência**, previstos na Lei nº 14.133/2021, permite à Administração Pública obter melhores condições de contratação a partir da competitividade entre os licitantes. A definição do valor final a ser contratado dependerá, portanto, do percentual de desconto apresentado pela empresa vencedora sobre a base de cálculo previamente especificada no instrumento convocatório, oferecendo assim maior flexibilidade e alinhamento com as práticas de mercado, especialmente em contratações recorrentes ou com ampla variação de preços.

7.3 Os produtos relacionados e o seu estimativo foram baseados no levantamento das necessidades da Câmara Municipal, nas situações programadas e na previsão de disponibilidade para enfrentar situações não programadas que exigem pronto atendimento.

7.4 A estimativa foi elaborada com base no controle interno de consumo de materiais utilizados em manutenções, bem como na previsão das reformas que serão realizadas pela Câmara Municipal, considerando as necessidades identificadas e projetadas para a adequada conservação e melhoria de sua estrutura física.

GRUPO DE ITENS

GRUPO 01: Materiais para manutenção geral				
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL MÍNIMO	VALOR R\$



01	<p>Percentual de desconto aplicado sobre os preços praticados para materiais descritos na Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), em conformidade com a base oficial de preços da construção civil.</p> <p>Este item abrange todos os materiais utilizados em serviços de manutenção geral, conforme os grupos descritos na Tabela SINAPI, incluindo, mas não se limitando a:</p> <p>Artefatos de Cimento: blocos, canaletas, pavers, postes e pré-lajes de concreto.</p> <p>Materiais Hidráulicos: tubos, conexões, registros, válvulas, caixas d'água e componentes de vedação.</p> <p>Materiais para Pintura: massas, tintas, seladores, solventes, lixas, pincéis e rolos.</p> <p>Materiais Estruturais: cimento, cal, chapas compensadas, aditivos e fixadores.</p> <p>Acabamentos Internos e Externos: pisos, azulejos, porcelanatos, rejuntas, louças sanitárias, portas e janelas.</p> <p>Ferragens: vergalhões, treliças, telas soldadas, fechaduras, dobradiças e parafusos.</p> <p>Materiais para Cobertura: telhas, cumeeiras, mantas asfálticas e acessórios.</p> <p>Ferramentas e Equipamentos Manuais: ferramentas elétricas e manuais utilizadas em manutenção predial, elétrica, hidráulica e civil.</p> <p>Areia de qualquer tipo; Tijolos de qualquer tipo; Madeiras; Pedra britada de qualquer granulometria.</p>	1%	100.000,00
02	<p>Percentual de desconto aplicado sobre os preços praticados para materiais disponíveis no Aplicativo Menor Preço - Nota Paraná, com base em valores obtidos no comércio varejista local, conforme dados integrados à emissão de notas fiscais eletrônicas.</p> <p>Este subitem contempla os mesmos grupos de materiais relacionados à manutenção geral, considerando como referência os preços praticados no mercado de varejo paranaense, conforme apurados pelo aplicativo oficial do Governo do Estado. Abrange:</p> <p>Artefatos de Cimento: blocos, pavers, canaletas, postes e peças pré-moldadas.</p> <p>Materiais Hidráulicos: conexões, registros, válvulas, tubos, caixas d'água e demais componentes.</p> <p>Materiais para Pintura: tintas, massas, lixas, pincéis, rolos, seladores e diluentes.</p> <p>Materiais Estruturais: cimento, cal, chapas compensadas, pregos e outros itens básicos de construção.</p> <p>Acabamentos Internos e Externos: pisos cerâmicos, louças sanitárias, forros, portas, janelas, argamassas e rejuntas.</p> <p>Ferragens: barras de aço, vergalhões, telas, dobradiças, fechaduras e parafusos.</p> <p>Materiais para Cobertura: telhas, cumeeiras, goivos, mantas e afins.</p>	1%	50.000,00





		Ferramentas e Equipamentos: ferramentas manuais e elétricas, incluindo itens de uso frequente em obras e reparos. Areia de qualquer tipo; Tijolos de qualquer tipo; Madeiras; Pedra britada de qualquer granulometria.		
TOTAL				150.000,00

8.2 O valor total máximo estimado para a presente contratação corresponde a **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (ITEM OU GRUPO)

8.1 Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

8.2 Não se mostra viável o parcelamento do objeto, sendo necessário que o critério de julgamento das propostas seja por grupo de itens, tendo em vista que apresentam características similares, além da necessidade de serem prestados/fornecidos pela mesma empresa, sendo que a falta de um item do grupo pode comprometer a execução das atividades. Assim, demonstra-se que o agrupamento conduzirá à contratação mais vantajosa.

8.3 A quantidade de materiais necessários para a manutenção predial é composta por milhares de itens, o que torna inviável, desproporcional e operacionalmente inadequada a listagem exaustiva de todos os insumos, dificultando o atendimento efetivo a uma ampla demanda de serviços.

8.4 A unificação dos itens em grupo de itens justifica-se pelo fato de que os materiais serão utilizados de forma integrada nas ações de manutenção, reforma e eventuais melhorias das instalações da Câmara Municipal de Francisco Beltrão – PR. Além disso, a consolidação facilita o controle logístico, o recebimento dos produtos, a compatibilidade entre os materiais e a execução coordenada das atividades.

8.5 A licitação para contratação do objeto por grupo de itens justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do fornecimento, uma vez que a fragmentação em vários itens e a consequente contratação de múltiplos fornecedores poderiam comprometer a padronização, dificultar a gestão do contrato e até elevar os custos. A contratação em conjunto visa formar um todo unitário, facilitando o gerenciamento e promovendo maior eficiência. Além disso, a aquisição agrupada tende a atrair fornecedores com maior capacidade de atendimento, o que possibilita melhores condições comerciais e reduz os custos administrativos relacionados à multiplicidade de contratações e fiscalizações. Ressalta-se que a formação de lotes não restringe a competitividade, uma vez que os itens são comuns no mercado e amplamente acessíveis a diversos fornecedores do setor.

8.6 O não parcelamento do objeto encontra amparo no art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo justificado pela necessidade de garantir a padronização, a continuidade operacional e a gestão eficiente do contrato. A divisão dos itens comprometeria a uniformidade dos serviços, aumentaria a complexidade da fiscalização e poderia gerar custos adicionais. Ressalta-se que a contratação em lote único não restringe a competitividade, uma vez que o objeto é comum no mercado e acessível a diversos fornecedores.



9. IMPACTOS AMBIENTAIS

9.1 Os principais impactos ambientais dos gêneros adquiridos, podem estar associados tanto ao processo produtivo, como à geração de efluentes, ao próprio uso dos produtos ou mesmo à geração de resíduos de embalagem pós-uso.

9.2 Os riscos de impactos ocasionados devido a produção nas indústrias, as empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, bem como as Lei e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades.

9.3 Os procedimentos para as contratações de interesse público devem buscar sempre a proposta mais vantajosa, trazendo um agrupamento de benefícios, onde, tal conceito vai além do mero ato de obter os menores preços, mas, sim, analisar os benefícios do processo, onde é necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de insumos ambientalmente sustentável, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção e destinação final apropriada dos resíduos gerados pelas aquisições;
- f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT, IAT, CONAMA, entre outras;

9.4 A Lei nº 14.133/21, determina que as empresas cumpram integralmente todas as normativas legais relativas à proteção ambiental, quer sejam federais, estaduais ou municipais, responsabilizando-se a mesma por quaisquer penalidades decorrentes de sua inobservância. Deverão cumprir as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, sobre resíduos sólidos, em especial as Políticas de descartes sustentáveis das embalagens vazia ou relacionadas.

9.5 Deverão observar a legislação relacionada, em especial:

- a) Lei 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- b) Artigo 25 da Constituição Federal do Brasil – Proteção ao meio ambiente;
- c) Lei 6.938/81, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) – A Lei define os objetivos, os princípios, os mecanismos e os instrumentos da PNMA.
- d) Lei Federal nº 9.605/98, também conhecida como Lei de Crimes Ambientais, estabelece as punições penais e administrativas para quem pratica atividades que prejudicam o meio ambiente.
- e) Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, regulamenta a Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente;
- f) Decreto 47.397/2002 – nova redação Título V, anexo 5 e acrescenta anexos 9 e 10 ao Decreto 8.468/76;
- g) Lei nº 10.888/2001 – Dispõe sobre o descarte final de produtos potencialmente perigosos do resíduo urbano que contenham metais pesados.
- h) NBR 9735 – Conjunto de equipamentos para emergências no transporte terrestre de produtos perigosos;
- i) Decreto Federal nº 96.044/88 – Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;



- j) NBR 7500 – Símbolos de risco e manuseio para transporte e armazenamento de materiais;
- k) NBR 7501 – Ficha de emergência para o transporte de produtos perigosos;
- l) NBR 7504 – Envelope para transporte de carga perigosos;
- m) NBR 13221 – Transporte de resíduos;
- n) Lei 6.938/81, alterada pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000.
- o) Decreto Federal 97.634/89 regulamenta o controle da produção e comercialização de substâncias que podem ser perigosas para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, e dá outras providências;
- p) Portaria nº 32, de 12 de maio de 1995;
- q) Portaria IBAMA nº 46, de 06 de maio de 1996.

10. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

11.1. O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução nele descrita mostra-se técnica, econômica e fundamentadamente viável e necessária.

Francisco Beltrão/PR, 26 de janeiro de 2026.

Rejane Maria Eichelberger
Nome do elaborador do ETP

